

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Instituto de Ciência Política - IPOL

Louize Helena Meyer França

**COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES: A SOFISTICAÇÃO POLÍTICA É
RELEVANTE PARA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO?**

Brasília, dezembro de 2014

Louize Helena Meyer França

**COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES: A SOFISTICAÇÃO POLÍTICA É
RELEVANTE PARA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO?**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política
da Universidade de Brasília para conclusão do curso de
graduação em Ciência Política.

Orientador: Mathieu Turgeon

Brasília
2014

Louize Helena Meyer França

**COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES: A SOFISTICAÇÃO POLÍTICA É
RELEVANTE PARA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO?**

Monografia apresentada como pré-requisito para a
obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela
Universidade de Brasília e apresentada a seguinte banca
examinadora:

PROFESSOR ORIENTADOR: MATHIEU TURGEON
(Universidade de Brasília)

PROFESSOR AVALIADOR: ANDRÉ BORGES DE CARVALHO
(Universidade de Brasília)

Brasília
2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe, ao meu pai, à minha vó Cirene e a minha tia avó Irene, à minha irmã, à minha família, e a todos que ficaram do meu lado durante todo o meu percurso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais por todo apoio e carinho que me deram. À minha mãe por toda companhia, atenção, dedicação, e por ter me ensinado a sempre dar o melhor de mim. Ao meu pai por todas as conversas e aprendizagens, sempre me apoiando em todas as minhas decisões. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

À minha avó Cirene, por ser, acima de tudo, um dos maiores exemplos de mãe que eu conheço, e à minha tia avó Irene, por ser uma pessoa extremamente carinhosa. À minha irmã que soube comemorar cada conquista, e que sabe alegrar os dias mais tediosos. Sempre esteve e estará ao meu lado nos momentos mais complicados. Irmãos entram na vida da gente para nos acompanhar nessa incrível jornada da vida. À Tina por todos os conselhos prestados, todos os debates envolventes e por me ajudar nas muitas vezes que pedi. A todos os meus parentes que nos últimos meses deixei de dar a devida atenção, principalmente à minha madrinha. Um especial agradecimento ao meu gato, Thor, por estar literalmente sempre ao meu lado durante o processo de elaboração desta monografia. Agradeço profundamente a compreensão de todos por esse tempo que estive ausente.

Ao meu namorado, Matheus, por ser mais do que companheiro nos momentos que mais precisei, mas por toda a sua compreensão durante este período complicado dos estudos e por me apoiar nas minhas ideias mais malucas. Sei que posso confiar em você, independente da distância ou do tempo que passamos longe.

Aos meus amigos da UnB que ao longo dos semestres fomos cada um seguindo caminhos diferentes, mas nunca deixamos de manter contato. Ao Jackson Pinheiro, Mariana Borges, Nailah Neves, Verônica Letícia, Flávia Arthuso, Rachel Scott e Rebecca Aroca por nunca perdemos contato, independente da distância. João Paulo Bispo, Roberta Landin e Lucas Bessoni pela eterna companhia. Aos meus amigos do PET/Pol e do POLITEIA por todos os momentos que passamos juntos; não conseguirei citar todos, mas saibam que cada um me ajudou de forma específica no percorrer do curso.

Aos meus amigos do intercâmbio, que me trouxeram novas amizades, e que mesmo com a distância não deixará de existir. Agradeço especialmente à Thais Sayuri, por ser praticamente minha mãe substituta do outro lado do mundo; e à Caroline Alencar, pois sem o seu apoio e sua amizade eu nunca teria conseguido criar coragem de me arriscar a me aventurar por Taiwan.

Às minhas amigas dos bons tempos do ensino médio, Barbara Kusel, Estela Guida (que me apoiou durante todo o percurso da minha monografia), Jéssica França, Leili Sadri, Luciana Menescal e Tainá Garcia. Sei que com vocês eu posso demonstrar o meu verdadeiro carinho, conversar a

vontade sobre qualquer assunto, e compartilhar desta amizade que mesmo que ovos interesses ou a distância nunca irá conseguir destruir. Me perdoem o tempo que passei distante.

Aos meus colegas do meu primeiro estágio, um especial agradecimento ao André Luchine por ter me fornecido aulas de Stata, o que foi fundamental para a conclusão desta monografia.

Um especial agradecimento à Talita Maria por ter me proporcionado a oportunidade de conhecer o Instituto Pandiá Calógeras. Foram momentos de profunda aprendizagem, como também de grandes amizades e companheirismo. Aos meus chefes e colegas de trabalho Antônio Ramalho, Juliano Cortinhas, Luiz Gusmão, Mariana, Pérola Abreu e Socorro, agradeço por todo ensinamento e pelos momentos de descontração. Carregarei comigo tudo que aprendi com vocês.

Gostaria de dar um agradecimento ao grupo de pesquisa sobre cotas raciais coordenada pelo meu orientador, e um especial agradecimento ao Robert Lee por todos os textos que me indicou, por ter me ajudado com o stata, e por sempre me dar força para que esta monografia fosse concluída.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador, Mathieu Turgeon, por ter acreditado em mim e ter se comprometido a me ajudar independente da distância. Muito obrigada por me ajudar a manter o foco e por ter sempre estar disponível.

“A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-deflandres (...) Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.”

(MACHADO DE ASSIS)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo testar o efeito da Sofisticação Política sobre duas relevantes teorias do comportamento dos brancos em torno da aplicação da política de ação afirmativa racial: a Teoria da Dominância Social e o Modelo da Predisposição Política. Os dados utilizados foram coletados a partir de um experimento de lista elaborado dentro de uma *survey* convencional para as universidades de Brasília (UnB), da Federal de Minas Gerais (UFMG), e da Federal da Bahia (UFBA). O desenho experimental foi empregado tanto para proporcionar privacidade aos respondentes quanto para garantir que respostas sinceras fossem apresentadas, devido ao fato da questão racial ser um tema socialmente sensível. Os resultados apontam que a sofisticação política tem efeito apenas sobre os entrevistados que apresentaram uma predisposição política em suas opiniões, comprovando-se a importância de se respeitar a pluralidade de opiniões apresentadas e concentrar em novas maneiras de se combater as diferenças sociais, utilizando a sofisticação política como ferramenta.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Sofisticação Política, Cotas Raciais.

ABSTRACT

This paper has the intention of testing the effect of the Political Sophistication when compared with two relevant theories about the attitudes of the White people towards racial politics: the theory of Social Domination and the Principled Politics Model. The data used was gathered from an experiment list from a conventional survey held from the university of Brasília (UnB), the federal university of Minas Gerais (UFMG) and the federal university of Bahia (UFBA). The experimental design of the questionnaire was elaborated so as to keep the information of the people who were interviewed private and to gather sincere answers, due to the fact that the racial discussion is a social sensitive question. The results indicate that the political sophistication only has made a difference over those students that presented principled politics in their opinions, furthermore proving the importance of respecting the diversity of ideas, so as to gather new ways of fighting the social differences, using the political sophistication as a tool.

Keywords: Affirmative Action, Political Sophistication, Racial Quotas.

ÍNDICE

GRÁFICO E TABELAS

	Página
Tabela 1: Apoio dos Brancos às Cotas Raciais	33
Tabela 2: Experimento de Lista Direta - Política de Cotas é Importante?	33
Tabela 3: Apoio dos Brancos às Cotas Raciais Comparada com a ODS	34
Tabela 4: Apoio dos Brancos às Cotas Raciais Comparada com a PP	34
Tabela 5: Índice de Sofisticação Política entre os Alunos Brancos	35
Tabela 6: Brancos de acordo com <i>i</i> SP	35
Tabela 7: Apoio às Cotas Raciais com entrevistados Brancos de acordo com a ODS e a SP	36
Tabela 8: Apoio às Cotas Raciais com entrevistados Brancos de acordo com a PP e a SP	36

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I –SOFISTICAÇÃO POLÍTICA, ATITUDES EM RELAÇÃO ÀS COTAS, E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	
1.1 SOFISTICAÇÃO POLÍTICA	18
1.2 - ESTUDOS SOBRE AS ATITUDES DOS BRANCOS A RESPEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	22
1.3 - AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O COMPORTAMENTO BRASILEIRO	24
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	
2.1 – MÉTODO	28
2.2 – DADOS E PROCEDIMENTOS	29
CAPÍTULO III – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SOFISTICAÇÃO POLÍTICA E AS ATITUDES QUANTO A APLICAÇÃO DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES	
3.1 RESULTADOS	33
3.1.1 ANÁLISE ODS e PP	33
3.1.2 ANÁLISE INFLUÊNCIA DA SP	35
3.2 – DISCUSSÃO	37
CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

Novas maneiras de compreender, organizar e/ou transformar a sociedade são constantemente propostas, tornando-se necessário o debate sobre seus possíveis efeitos e desdobramentos. Muitas vezes afetam diretamente (e muitas vezes exclusivamente) diferentes grupos sociais, podendo trazer um benefício para um grupo em detrimento do outro. É o caso das políticas de ações afirmativas, principalmente sobre a questão das cotas raciais¹, onde vários posicionamentos são apresentados e polarizam a sociedade entre aqueles que são favoráveis e aqueles que não o são.

Segundo Guarnieri (2007, p.70) as ações afirmativas “podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação – por parte da população em geral”. Portanto, novas condições são estabelecidas de forma a garantir que estruturas antigas não mais perpetuem as desigualdades historicamente perpetuadas.

Desde o início do século XXI podemos afirmar que o Brasil aos poucos aprofundou a sua relação com a questão de políticas de ações afirmativas. Podem ser destacadas tanto leis que versam sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira (Lei 10.639/2003), quanto universidades que adotaram, uma após a outra, o sistema de cotas (entre 2003 e 2004 instaurou-se primeiramente na Universidade do Rio de Janeiro, e logo após na Universidade de Brasília).

Em 2012 o Supremo Tribunal Federal definiu a constitucionalidade das cotas no ensino superior. Neste mesmo ano também definiram a reserva de 50% dessas vagas para estudantes de escola públicas, e dentro desta porcentagem reservam-se para negros, pardos ou indígenas uma porcentagem proporcional à população da unidade da Federação em que a instituição se localiza (Lei Nº 12.711). A aprovação da Lei Nº 12.990, no dia 9 de junho de 2014, também merece destaque, pois determinou a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para negros e pardos.

O processo histórico da questão racial brasileira não é um assunto que entrou apenas recentemente na pauta do governo. Por muitos anos propagou-se a ideia de que no Brasil existia uma “democracia racial”, onde negros e brancos conviveriam em harmonia, e que não existiria o racismo como o conhecido pelos moldes norte-americanos, foi reforçada e propagada. Ela foi “expressada, popularizada e desenvolvida” por Gilberto Freyre, principalmente devido à obra “Casa

¹ Neste trabalho optou-se por utilizar termos como “raça”, “negros” e/ou “afrodescendentes”. Por mais que raça, segundo a sociologia, seja uma construção social, ela continua sendo um termo recorrentemente empregado para explicar as relações sociais dela resultantes. Os demais termos estão de acordo com a luta do movimento negro pela auto-identificação (Telles, 2004, 17-8).

Grande e Senzala”, 1933. Tanto estudiosos quanto pessoas influentes (como Getúlio Vargas, por exemplo) seguiram por muito tempo esta teoria, e assim fortalecendo-a (Telles, 2004, p. 6). Infelizmente, tal conceito não propôs nenhum tipo de melhoria estrutural na vida dos afrodescendentes.

Segundo o autor Htun, em seu estudo sobre a questão étnico-social do Brasil sob o ponto de vista por outros países, o empobrecimento dos negros e a ausência deles nas camadas mais elevadas da sociedade ocorrem devido a fatores como o legado da escravidão, a influência da miscigenação vista como uma maneira de “embranquecer”, e a influência de um governo patrocinador da segregação (2004, p. 64).

Posteriormente, Florestan Fernandes contestou o conceito de “democracia racial” alegando que a sociedade brasileira tinha uma forma difundida de racismo. E não apenas a sociedade branca era preconceituosa, como também se aproveitava de seu poder para tirar vantagem durante (como também após) a era escravocrata (Telles, 2004, p. 7).

Desde a redemocratização brasileira, o debate dos movimentos sociais tornou-se cada vez mais intenso quanto a questões de raça, gênero e etnia, no que tange afirmação e soluções específicas para os problemas levantados por eles. Mas debater não é o suficiente para melhorar a realidade. Em um país onde 50,7% da população se autodeclara de cor negra (incluem pretos e pardos) a quantidade de negros que ingressam no ensino superior ainda é baixa - dos universitários que fizeram em 2010 o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade - exame obrigatório para maioria dos estudantes que estão concluindo o ensino superior) apenas 6,13% se declararam pretos ou pardos. Athias e Matos (2013), ao analisarem os dados da PCERP 2008 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988 e 1996, puderam constatar uma hierarquização compatível com a educação, “onde os não brancos apresentam menor avanço em relação a brancos”. Ademais, na Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, 63,7% dos entrevistados afirmaram acreditar que a cor ou raça influencia na vida das pessoas, onde 71% consideraram ser no “trabalho” a maior incidência, seguido pela “relação com justiça/polícia” (68,3%), “convívio social” (65%), “escola” (59,3%) e “repartições públicas” (51,3%).

A discussão sobre as ações afirmativas no Brasil, segundo Moehlecke, iniciou 1968, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho propuseram uma Lei obrigando empresas privadas a manterem uma percentagem mínima de empregados de cor (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda). O ápice da discussão chegou nos anos 2000, tanto com políticas de ação afirmativa de cotas raciais para o ensino superior (seleção do vestibular 2002/2003).

Moehlecke destaca o principal questionamento em torno das políticas de ações afirmativas: seriam uma garantia de um direito ou o estabelecimento de um privilégio? Para aqueles que percebem a questão como um privilégio, eles acabam por se sentir afetados por uma espécie de “discriminação ao avesso”, pois os seus direitos são reduzidos em detrimento dos direitos de outros. Assim, um discurso pregando a “incapacidade de vencer por si mesmo” acaba sendo reforçado. Do outro lado temos aqueles que entendem a questão como um direito, embasando-se em preceitos constitucionais. “Elas não seriam contrárias à idéia de mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa efetivamente existir” (2002, p.210).

Portanto, dependendo da forma como o indivíduo compreende o mundo, ele pode ter atitudes diferentes quanto à aplicação de ações afirmativas. Os teóricos norte-americanos Sears, Sidanius e Bobo resumiram os estudos sobre as atitudes dos brancos a respeito de políticas públicas com teor racial em três grandes áreas: a dos modelos socio-psicológicos; o das teorias com enfoque sócio-estrutural; e o das teorias políticas (Sears et al., 2000, p.16).

Os modelos socio-psicológicos costumam adotar uma posição de socialização primordial das atitudes, trazendo visões estruturalistas do problema, como parte constituinte da sociedade. Assim, as atitudes contra políticas como as de ações afirmativas nunca teriam desaparecido, apenas tomado novas formas. As teorias com enfoque sócio-estrutural abordam questões de identidade de grupos raciais ou étnicos, com propensão a conflitos inter-grupais. Os grupos dominantes costumam desenvolver ideologias para justificar e legitimar sua hegemonia. São destacadas três teorias: a do conflito realístico de grupo, a do senso de posição do grupo, e a de dominância social. A terceira grande área, liderada por Paul Sniderman, apresenta uma abordagem da teoria política, apresentando um enfoque na organização institucional. Defendem que as decisões públicas que são tomadas pertencem apenas a um universo de alternativas que são apresentadas pela agenda das instituições políticas, dos líderes públicos e/ou dos representantes políticos (Sears et al., 2000, p.16-20).

Por muito tempo a teoria que recebeu maior destaque foi a o racismo simbólico (ou racismo moderno, ou ressentimento racial) que foi apresentado pelos autores Sears e Kinder ao perceberem que havia uma tendência entre as preferências políticas dos brancos a negarem as políticas raciais. Dentro desta nova forma de racismo tornou-se perceptível a antipatia racial e a perpetuação da crença de que os negros estariam em desacordo com os ideais dos valores americanos e a ética de trabalho.

Mas a teoria do racismo simbólico deixou de ser destaque devido a três grandes críticas: seus principais teóricos (Sears, McConahay, e Kinder) definiram-na de maneiras diferentes; alguns de seus teóricos mudaram seus conceitos com o passar do tempo; e não conseguiram definir claramente se a negação a alguma forma de política social seria motivada ou pelo racismo

simbólico, ou pelo efeito anti-negros (*antiblacks*), ou por qualquer outro fator externo (Sidanius, Devereux e Pratto, 1992). Optamos por não utilizá-lo principalmente por ser uma teoria que melhor se encaixa na realidade norte-americana.

A teoria da dominância social (DS) surgiu como uma resposta às críticas ao racismo simbólico. Ela define que a questão do comprometimento com a igualdade estaria relacionada com o status social de grupos hierárquicos existentes na sociedade. Portanto, afirmar que existe uma “neutralidade de raça” seria na verdade uma forma de manter a estrutura hierárquica.

Com outra perspectiva, temos o modelo de predisposições políticas (PP)², apresentado por Sniderman, Carmines, e Piazza, onde se é rejeitada a afirmação de que a oposição às políticas de ação afirmativa seja feita apenas por pessoas que se alinham com o conservadorismo, ou por pessoas menos tolerantes, ou aqueles com menos comprometido com igualdade racial. Os liberais estão tão propensos a se revoltarem com políticas que dão preferências quanto os conservadores (2000, p.192).

Estes dois últimos modelos apresentados (a teoria da DS e o modelo da PP) foram os que, comparados aos demais modelos, tentaram relacionar a educação com as atitudes dos brancos a respeito de políticas públicas. A teoria da DS, nos estudos feitos por Jackman (1978, 1994, 1996) e Jackman e Muha (1984), concluíram que “uma maior educação apenas providencia maior habilidade em construir uma fachada superficial quanto ao comprometimento à igualdade, escondendo a verdadeira resistência deles contra qualquer real mudança” (Sidanius, Jim. et. Al, 2000, p.27). Já, para os teóricos do modelo de PP, é “entre os com menor nível educacional que as atitudes estão mais sujeitas a serem influenciadas por questões raciais” (Ibdem, p.194).

Dentro do que podemos analisar da relação da educação com a política Tründiger expõe que a primeira pode ser dividida dentro de dois mecanismos. Podemos compreendê-la como uma competência geral, ou seja, a capacidade cognitiva de um indivíduo; ou podemos tratar conceitos e informações políticas isoladamente, como é proposto pela sofisticação política (2006, p. 62). Assim, no primeiro mecanismo apresentado, a educação cria uma expectativa de preparar os indivíduos a pensar de acordo com conhecimentos conceituais apresentados, mas não indo além do que uma forma de treinamento (Jacoby, 1991, p. 181). Já, o segundo mecanismo propõe analisar o conhecimento estritamente ligado ao universo político.

Além do mais, muitas vezes indivíduos utilizam atalhos cognitivos, conhecidos como *heurísticas*, de forma a opinarem sobre temas delicados. Essas *heurísticas* possibilitam que uma pessoa, mesmo não sendo tão bem informada, possa opinar sobre um assunto (Kinder, 1998, p.786). Segundo Sniderman, os menos sofisticados, na hora de tomada de decisão política, costumam se concentrar apenas nas considerações mais relevantes (guiados por heurísticas emocionais),

² Originalmente “Principled Politics Model”

enquanto que os mais politicamente sofisticados possuem um escopo maior de compreensão do assunto discutido (revelando uma melhor utilização de um conhecimento pré-adquirido) (Sniderman et al., 1994, p.26).

Podemos perceber que há algo de errado em um país onde os negros são maioria da população, mas não estão proporcionalmente representados nas estruturas mais elevadas da sociedade – como universidades ou em alto cargos públicos. E não é uma questão de esforço pessoal, pois fatores históricos e sociais, apontados por estudiosos como o Telles, funcionam como perpetuadores dessa estrutura sócio-hierárquica. As políticas de ação afirmativa desestabilizam essa estrutura de poder – e teorias como a da DS conseguem explicar o motivo pelo qual as pessoas insistem em repetir tais padrões.

Esta monografia pretende, inicialmente, investigar como o modelo do Princípio Político e a teoria da Dominância Social afetam a forma como as pessoas agem em relação às políticas de ação afirmativa. Assim que for testada a relação entre as teorias e os comportamentos, será analisada se a sofisticação política influi na maneira como funcionam as duas teorias. Pois, até o presente momento, os principais teóricos de DS e PP apenas analisaram a relação das teorias com a variável “nível educacional”.

Trabalho com duas hipóteses. A primeira é a de que os fatores que evidenciam uma sofisticação política também podem ser notados em atitudes intergrupais de construção ideológica que buscam a manutenção da dominância do grupo ao negarem as políticas de ação afirmativa. Assim, é possível afirmar que aqueles que têm um nível superior de SP têm percepções mais avançadas de como manter e defender seus interesses de grupo. Ou seja, se a variável sofisticação política influenciar a análise da teoria da DS, quanto maior for a sofisticação política, menor será o apoio dado às pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes.

Por outro lado, pretendo também testar a relação da sofisticação política com a PP, onde o resultado esperado é o inverso do descrito acima. Ou seja, quanto maior a sofisticação política, maior será o apoio às cotas. Pois pessoas politicamente sofisticadas atuam de acordo com raciocínios políticos. Um exemplo disto está no argumento de Sniderman et al., pois “se você é um liberal você irá pensar que programas maiores de governo irão ajudar os negros (...) mas, se você é conservador, você pensará que esses programas não necessariamente irão ajudar os negros; tudo que eles farão é gastar o dinheiro do governo com novas burocracias” (2000, p.254). Portanto, as pessoas com PP e SP não são guiadas por motivos pessoais, e caso argumentos sejam apresentados a ponto de fazer com que elas concordem que a política vale a pena, elas irão concordar com a aplicação dela. Pessoas com SP elevada apresentam uma maior capacidade de distinguir as diferenças entre posicionamentos políticos.

O objetivo deste trabalho é compreender a relação da sofisticação do conhecimento político em torno das atitudes em relação às cotas raciais. Não é a sofisticação que afeta as opiniões sobre as cotas mas que a sofisticação condiciona os efeitos da DS e do PP.

A questão racial, antes de tudo, é um assunto socialmente sensível. Devido a normas sociais dificilmente alguém irá abertamente se declarar contrário à ascensão específica dos negros quando necessária (além do fato de que no Brasil racismo é crime). Um dos maiores problemas enfrentados na ciência social é o de mensurar assuntos socialmente sensíveis em pesquisas do tipo *survey*. O efeito de sociabilidade desejada atrapalha na coleta de dados verdadeiros sobre atitudes ou opiniões e atrapalha no estudo sobre a verdadeira fonte das atitudes sobre tais problemas.

A coleta de dados desta pesquisa foi feita através de pesquisas on-line do tipo *survey*, mas, ao preocupar-se com o fator do assunto socialmente sensível, utilizou a técnica de experimento em lista. Tal tipo de experimento possui duas principais características: a randomização das perguntas, dificultando que o respondente saiba sobre o quê exatamente trata o questionário, e assim evitando-se que o entrevistado haja de acordo com normas sociais; e a agregação das perguntas, ou seja, pergunta-se com quantas e não com quais questões os respondentes concordam, o que permite ao respondente que se identifique, garantindo-se a privacidade do respondente, o conforto em dizer o que realmente pensa.

Os dados levantados para este trabalho foram de três universidades: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Portanto, a amostra selecionada para análise foi retirada dentro de um universo de estudantes universitários, o que facilita o trabalho de analisar os dados além do fator “nível de escolaridade”, focando-se então na variável sofisticação política em relação às atitudes dos alunos.

No Capítulo I desta monografia é apresentada a teoria da sofisticação política, são explicadas as teorias da DS e do PP em relação às atitudes quanto à aplicação das cotas raciais, então se concluindo com o histórico das ações afirmativas no Brasil e as atitudes mais comuns no país. O Capítulo II trata da metodologia utilizada na pesquisa, esclarecendo-se os procedimentos, dados e medidas empregadas. O Capítulo III apresenta os resultados da pesquisa, a análise e a discussão. Por fim, todos os fatores anteriores são agregados de forma a concluir sobre a relação da sofisticação política com as atitudes dos estudantes universitários quanto a implementação das cotas raciais no Brasil.

CAPÍTULO I –SOFISTICAÇÃO POLÍTICA, ATITUDES EM RELAÇÃO ÀS COTAS, E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

1.1 SOFISTICAÇÃO POLÍTICA

O estudo sobre a relação de poder tem sido um ponto de debate relevante durante a história da humanidade, pois a convivência coletiva não é simples. A discussão em torno de quem tem o direito de tomar as decisões sempre foi motivo recorrente entre os principais teóricos da ciência política. Afinal, seria certo afirmar que só aqueles que possuem profundo conhecimento sobre os parâmetros mais socialmente relevantes (como economia, administração de recursos escassos e política) seriam aqueles capazes de representar a sociedade?

Na Grécia Antiga as decisões políticas eram tomadas pelos verdadeiros “gregos” (excluía-se as mulheres, os estrangeiros e os escravos) que dispunham de tempo (e dinheiro) para discutir sobre a realidade. Platão, por exemplo, defendia que apenas os mais sábios teriam capacidade de tomar decisões políticas. Foi com o desenvolvimento do capitalismo que surgiram as primeiras discussões sobre liberalismo e a questão da esfera privada. Os contratualistas trouxeram para o debate a questão da centralização do poder: para eles, este era um mal necessário; e que, portanto, cabia aos cidadãos a obrigação de escolher quem os representaria. Bentham e Mill, que inicialmente acreditavam que a maioria dos cidadãos era ignorante demais para exercer o direito deles de maneira eficiente, mais tarde acabaram por concordar com sufrágio universal (pois não encontraram nenhum argumento consistente que o derrubasse). John Stuart Mill defendia que apenas a educação seria capaz de garantir a boa capacidade dos indivíduos em elegerem seus representantes; o que lhe fez defender que os representantes deveriam ser os mais educados e civicamente competentes dentre a população. Teorias como a dos utilitaristas, protecionistas, e os princípios liberais, fizeram com que teóricos como Rousseau e Mill concordassem que indivíduos de todas as classes pudessem ter o direito de participar (Carpini e Keeter, 1953, p.25 a 34).

A compreensão sobre a política pode afetar a relação do cidadão com a democracia? Segundo Carpini e Keeter, um cidadão bem informado consegue garantir que a democracia funcione de maneira mais responsável (Carpini e Keeter, 1953, p.1). O papel da cidadania vai além do que o conhecimento factual, pois uma informação pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. Portanto, a informação sobre política torna-se um recurso essencial para o funcionamento da democracia (1953, p.5).

Com a emergência do mundo moderno aos poucos tornou-se inevitável não considerar a então nova face da construção do conhecimento político coletivo: a opinião pública. Para os fundadores dos Estados Unidos, Madison e Hamilton, ela era tida como perigosa. Para Habermas, ela faz parte da esfera pública, podendo ser utilizada a favor do governo através da manipulação de informações (Kinder, 1998, p.780). Kinder, ao concordar com o teórico Key, define opinião pública como aquela opinião que é medida por *surveys*, mas sem desconsiderar o que Tilly defendia: “pesquisas de opinião podem ser um lugar comum”, mas não limitam a pluralidade “de maneiras de se expressão existentes na sociedade” (1998, p.784).

A democracia liberal, especialmente o modelo seguido nos Estados Unidos, assume que exista, por parte do cidadão, um maior conhecimento engajado. Até mesmo o ato de votar requer que exista um cidadão politicamente ativo (Carpini e Keeter, 1953, p.4). Mas a opinião pública afeta a relação de tomada de decisão da população. Benjamin Page e Robert Shapiro defendem que a opinião pública pode ser racional mesmo que o indivíduo não seja tão bem informado, mas geralmente aquele que é mais informado é o que lidera os demais (Carpini e Keeter, 1953, p.43-4).

Então, mesmo que uma pessoa não seja tão bem informada ela consegue fazer parte da tomada de decisões. Estudiosos definem tal fenômeno como utilizar o conhecimento através de heurísticas. Ou seja, um indivíduo é capaz de utilizar atalhos de informação (atalhos cognitivos), ao saber superficialmente do que se trata um assunto. O conhecimento aprofundado sobre um assunto não é tão simples nem tão acessível, e pessoas que não são tão bem informadas acabam tomando “emprestadas” as opiniões de certos “entendedores” como se fossem suas próprias. Assim, conseguem conectar informações de vários assuntos que não compreendem tão bem, e podem até mesmo escolher de forma sábia seus representantes políticos, por exemplo. Mas as heurísticas não resolvem o problema da falta de conhecimento político, pois não podemos esquecer que as heurísticas não deixam de ser atalhos, ou seja, às vezes podem funcionar e outras vezes não (Kinder, 1998, p.786).

Conhecimento é essencial para a atividade cívica de qualquer cidadão. O conhecimento político ajuda na construção do verdadeiro interesse na política, além de ajudar a aumentar o interesse no processo político (Carpini e Keeter, 1953, p.7). Mas o conhecimento político não é algo simples. Segundo Carpini e Keeter a “informação política é, para as políticas democráticas, o mesmo que o dinheiro é para a economia: a moeda corrente da cidadania”³ e, como o próprio dinheiro, a capacidade de coletá-lo é resultado parcial e imperfeito das habilidades pessoais dos cidadãos (1953, p.8).

³ Carpini e Keeter comentam que é claro que existem limites para essa analogia: o conhecimento não é algo finito, negociável, e nem consumível como o dinheiro é, por exemplo. Nem mesmo sugerem que o dinheiro em si não seja tão importante quanto a política cambial.

A definição do conceito “conhecimento político” não é simples: por se tratar de um tema tão estritamente ligado às questões de cidadania e democracia, seu conceito se perde entre ambos. Carpini e Keeter o definem como “o alcance das informações factuais sobre política que são guardados na memória de longa-duração”, assim possibilitando a distinção entre os outros conceitos correlatos (cidadania, por exemplo). Ao utilizarem o termo “informação” eles permitem distinguir o conhecimento político de demais atitudes (ou valores, ou crenças ou opiniões) políticas de massa (1953, p.10).

Milton Lodge et al afirmam que as pessoas guardam fragmentos importantes de informação, mas acabam não utilizando-os quando necessário. Conhecimento político é um processo cognitivo de informações factuais guardadas na memória de longo-prazo, e que se distinguem de outros conceitos de política de massa e de informações vinculadas à memória de curto-prazo. A importância de diferenciá-los das informações de curto-prazo está no fato de que informações factuais, que são guardadas na memória de longo-prazo, dão maior habilidade de se pensar e atuar com mais autonomia e autoridade. Portanto, indivíduos que possuem um conhecimento maior de como funciona o sistema político têm maior facilidade em utilizar informações guardadas na memória de longo prazo, como também são mais suscetíveis a processar novas informações que lhes são apresentadas (*in* Carpini e Keeter, 1953, p.43).

Como apresentado por Luskin, a sofisticação política abrange o escopo de interpretações como o da complexidade cognitiva (até que ponto os domínios cognitivos são altamente diferenciados e integrados) e o expertise (que mede a abrangência do conhecimento de uma pessoa em certa área), mas com o diferencial de serem voltados diretamente para a área da política (Luskin, 1987, p.332-3).

Complementando a definição de Luskin, Hamill & Lodge (*in* Sidanius, 1988, p.40) afirmam que a sofisticação cognitiva é a quantidade e complexidade da informação de certa área de domínio que um indivíduo é capaz de guardar na memória. Sidanius complementa esta definição ao afirmar que a sofisticação cognitiva não é apenas a quantidade de informação que se possui, mas também como essa informação é utilizada (1988, p.40).

Como observado nas definições anteriores, a sofisticação política é uma questão de cognição. Luskin define que as cognições políticas de uma pessoa fazem parte de um sistema de conhecimento político (SCP)⁴. Muito pouco do conhecimento dentro deste sistema encontra-se disponível para uso. Algumas dessas cognições podem estar mais centralizadas. Tal centralidade significa que tal cognição possui mais meios (mais fontes) e uma maior frequência para expressar-se. O tamanho, o alcance, e a dimensão de estrutura das cognições são os aspectos que fazem com que o SCP seja definido como sofisticação política (Luskin, 1987, p.858).

⁴ No original *political belief system (PBS)*

Para Luskin, a “ideologia” é um SCP sofisticado. O “liberalismo” ou “conservadorismo” podem nos dar uma ideia de que existe uma ideologia que comanda as atitudes dos indivíduos, mas não necessariamente as torna recorrente. Uma pessoa pode ser “sofisticada” sem necessariamente fazer associações “liberais” ou “conservadoras”, mas quanto mais organizado for o SCP, mais centrais serão essas questões de alinhamento político. Portanto, a sofisticação não é uma questão do que se pensa nem uma questão de racionalidade, mas sim em como e quanto uma pessoa pensa sobre política (Luskin, 1987, p.860-4).

Em um contexto geral podemos assumir que indivíduos politicamente sofisticados costumam ter ideologias mais articuladas, opiniões mais estáveis, são mais engajados e geralmente somente são convencidos por argumentos lógicos, conseguem utilizar a informação guardada no momento que precisam e se expressam melhor, e não costumam julgar os políticos de acordo com aspectos pessoais e sim com suas propostas (Luskin, 1990, p.333-4).

Em sua clássica obra sobre a definição para a sofisticação política, Luskin inicialmente trabalha com as seguintes variáveis: interesse pela política, educação, exposição à mídia⁵, “inteligência” (capacidade cognitiva), e ocupação profissional (o que influencia interesse pela busca de informações políticas). Como nem todas podem ser consideradas exógenas o autor também sugere analisar variáveis como a do interesse por política vinda por parte dos pais, de outros fatores como sexo ou raça ou outros, e especifica a exposição à mídia como sendo a frequência com que as pessoas leem elas⁶ (1990, p.335-7).

Em sua análise, Luskin percebe que a variável “inteligência” apresenta resultados mais relevantes dos que da “educação”. Isto porque a última não afeta diretamente a sofisticação política: não dentro modelo apresentado pelo autor que associa educação com interesse, mas provavelmente em um modelo que a associe diretamente com o fator “inteligência”. “Educação pode aguçar a inteligência, mas quanto maior a capacidade cognitiva, maior será o desempenho educacional” (1990, 348-9).

Assim, Luskin conclui que a sofisticação depende, principalmente, da motivação (diretamente relacionada com interesse e ocupação, e indiretamente relacionada ao interesse apresentados pelos pais); educação e exposição à mídia impressa têm efeito baixo. Portanto, sofisticação é “mais uma função do que o indivíduo se sente motivado a fazer sobre a informação que possui do que a quantidade de informação ao qual é exposto” (1990, 351-2).

⁵ No original aparece como *Exposure to political information in the print media (EPIP)*

⁶ *Exposure to the print media in general (EPMG)*

1.2 - ESTUDOS SOBRE AS ATITUDES DOS BRANCOS A RESPEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Teoria da Dominância Social (DS), segundo a divisão apresentado por Sears et al. (2000), pertence ao grupo de teorias sobre as estruturas sociais, trabalhando com a ideia de atitudes advindas de relações grupais. A teoria da DS se difere da teoria de conflito de grupo realístico e da teoria de senso de posição de grupo ao considerar as diferenças individuais de personalidade de pessoas pertencentes a mesmos grupos como fator crucial para manter o sistema hierárquico (2000, p.25-7).

A teoria da DS foi desenvolvida por Jim Sidanius e Felicia Pratto (1999) enquanto buscavam conciliar um estudo mais focado em experimentos de laboratório da psicologia social com as relações socioculturais comuns da sociologia. Da parte da psicologia, eles propõem utilizar a dinâmica da personalidade; valores básicos dos indivíduos, como ansiedade e crenças; e o processo de captação de informação dos indivíduos.

Assim, a teoria define que a sociedade estaria estruturada em uma hierarquia baseada em grupos, estes socialmente construídos e definidos por categorizações arbitrárias. Os grupos dominantes aproveitariam de sua parcela de maior poder sobre os demais não tão privilegiados. Existiriam, então, três categorias de dominação: as baseadas em idade; as em gênero; e as que abrangem questões de raça, casta, etnia, nacionalidade, classe social, linhagem ou clã. Esta última seria a única resultante de uma construção social enraizada em um sistema econômico (Sidanius e Pratto 1999, p.4-5).

Portanto, a teoria da DS concentra-se em identificar os fatores psicológicos, ideológicos e os mecanismos institucionais que sustentam essas hierarquias sociais. Para tanto, a política pode ser pensada como um exercício de competição intergrupar sobre materiais escassos e recursos simbólicos. Uma das funções primárias dos valores e das ideologias, considerando-se este modelo, seria a de legitimar a alocação desproporcional de resultados sociais desejados e manter a integridade da estrutura do sistema baseado na hierarquia.

O comportamento liderado pelo desejo de um grupo em manter as estruturas desiguais da sociedade passou a ser denominado pelos teóricos como uma espécie de Orientação para a Dominância Social (ODS). Segundo a teoria da DS, indivíduos que apresentam maiores índices de ODS têm mais propensão a agir de acordo com modelos, como o de soma-zero (Sidanius et al., in Sear, Sidanius e Bobo, 2000, p.197).

Alguns estudos sobre DS podem ressaltar a semelhança dela com o etnocentrismo (Summer 1906; Adorno et al. 1950; Tajfel 1982; Kinder 1998b). Sidanius (Pratto et al. 1994; Sidanius 1993;

Sidanius, Devereux, e Pratto 1992; Sidanius, Pratto e Bobo 1996), por outro lado, considera que a Orientação para a Dominância Social estaria associada por uma variedade de ideologias políticas.

Autores como Sidanius, Kinder e Mendelberg (1995) e Kinder e Sanders (1990, 1996) encontraram em seus estudos dados suficientes para afirmar que a dominância social exerce efeitos sobre a opinião dos brancos quanto às políticas raciais. No estudo feito por Sidanius, Devereux e Pratto (1992) eles puderam determinar que, na teoria da DS, o sentimento de anti-igualitarismo (extremamente conectado com a ODS) é considerado como principal efeito que leva a outras atitudes sócio-políticas.

O Modelo de Predisposições Políticas (PP) é uma crítica ao racismo simbólico, pois seus principais teóricos (Sniderman, Carmines e Piazza) acreditam que as políticas raciais tratam sobre questões políticas, e não sobre raça. Estabelecem que a oposição às ações afirmativas e às cotas é embasada por motivos políticos e ideológicos, tais como o individualismo e a justiça. Dizer que pessoas que se opõem às políticas de cotas raciais são racistas é um argumento “empiricamente falsos e politicamente autodestrutivos”. Para os autores, a educação é o principal fator para explicar o posicionamento diferenciado dentro desses grupos. Presumem, portanto, que a educação reduz o efeito da rejeição às políticas de ação afirmativa (Sidanius, Jim. et. Al, 2000, p.193-4).

De acordo com Sidanius et al., o modelo de PP sugere que os americanos estão uniformemente comprometidos com valores de igualdade; que a resistência dos brancos às políticas redistributivas podem ser explicadas por conceitos de ideologia política melhor do que *antiblack effect*; e não vêem a oposição às cotas raciais como uma expressão de manutenção da dominância do grupo (Sidanius, Jim. et. Al, 2000, p.200-202).

Os próprios teóricos das PP concordam que a perspectiva que defendem causam muitas controvérsias. Segundo Sniderman et al., se pararmos para analisar os argumentos mais utilizados sobre política racial, perceberemos que o argumento central tem raiz política. Para eles, as atitudes e as orientações seguidas pelos cidadãos são os que definem as escolhas políticas. Dois argumentos que costumam distorcer a perspectiva política: acreditar que, se alguém nega uma política com teor racial, esta está apresentando uma atitude racista; e acreditar que todas as pessoas de certo grupo étnico devem sempre apoiar todas as ações do grupo ao qual pertencem (não deve existir um negro que discorde de uma política racial, por exemplo). Assim, os autores consideram importante evitar essas falsas alternativas (Sniderman et al., in Sear, Sidanius e Bobo, 2000, p.236-7).

Ao contrário do que clamam os teóricos das PP, a teoria da DS define que a relação entre o não apoio às políticas afirmativas e conservadorismo político é maior entre os entrevistados com maior nível de educação. Portanto, é entre os mais educados que as ideologias políticas crescem a ponto de ajudar nas definições e desejos da dominância do grupo. Maiores níveis de educação estariam associados com um relacionamento entre racismo e a orientação da dominância social, e

também com a oposição às ações afirmativas. Os estudos da DS também afirmam que existiria uma relação entre a educação com o racismo e a ODS e com a oposição à ação afirmativa. Isso se dá pelo fato de que os membros mais bem educados dos grupos dominantes buscarem maneiras de manter a hierarquia (Sidanius, Jim. et. Al, 2000, p.199).

As teorias da DS e o PP conciliam-se em dois principais pontos: ambos concordam que o *animus* racial não é um fator relevante para a análise da resistência pública às políticas raciais; e que uma parte relevante da oposição é motivada por valores políticos e morais (Sidanius, Jim. et. Al, 2000, p.227).

Em 1996 Bobo, Sidanius e Pratto conduziram uma pesquisa que tinha como intenção analisar o racismo, o conservadorismo, as ações afirmativas, e a sofisticação intelectual em relação as teorias da DS e do PP. Cabe ressaltar que a variável (sofisticação intelectual) que utilizaram para comparar as teorias mede apenas o grau educacional dos entrevistados. Os dados por eles levantados apontam que o ODS era potencialmente um maior preditor de oposição às ações afirmativas entre os mais educados (Sidanius, Jim. et. Al, 2000, p.222).

Esta monografia tem como intenção analisar a sofisticação política, que é diferente de educação. Quando consideramos apenas o grau de instrução estamos ignorando o grande diferencial que é o fato de que pessoas captam informações e as utilizam de maneira diferente. Alunos de uma mesma sala de aula, com o mesmo grau de instrução, não necessariamente mostram a mesma percepção de realidade. Ao analisarmos o comportamento de um grupo em relação às cotas não devemos considerar apenas o grau de instrução (como fizeram os autores Bobo, Sidanius e Pratto), pois não considera o fato de que indivíduos captam informações de maneiras diferentes. Cada indivíduo apresentará um posicionamento diferente de acordo com a sua capacidade de estabelecer sinopses políticas, ou seja, de acordo com a SP de cada indivíduo.

1.3 - AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O COMPORTAMENTO BRASILEIRO

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil, segundo Telles, podem ser divididos historicamente em duas gerações: uma que sustentou a tese da democracia racial, e a segunda que buscou argumentos para desconstruir a primeira ao defender existência da exclusão racial (Telles, 2004, p.6).

A teoria da Democracia racial estabelece que exista uma forma de paz entre as raças no Brasil. Visto como um dos dogmas centrais do nacionalismo brasileiro representou um verdadeiro retrocesso no que tange a força de atuação do movimento negro brasileiro (Telles, 2004, p.40). Exclusão, como definido por Gore e Figueiredo (*in* Telles, 2004, p.4) é a “falta de integração social

que se manifesta através de regras que limitam o acesso de grupos particulares ou pessoas aos recursos ou aos direitos de cidadania”.

A influência de Freyre perdurou por mais de cinquenta anos, tendo apenas o início de seu fim na década de 1990, principalmente devido a influência de movimentos negros e um relativo aumento da representação deles nos mais altos cargos políticos (Telles, 2004, p.45). O reconhecimento do racismo contribuiu (e ainda contribui) para destruir o conceito de democracia racial.

Em 1996, o Seminário Internacional sobre Multiculturalismo e Racismo, financiado pelo Ministério da Justiça e sancionado pelo Presidente Cardoso, contribuiu parcialmente para uma nova perspectiva para o debate racial. Por mais que o seminário tenha sido guiado pelos melhores estudiosos de suas respectivas áreas, apenas alguns ativistas do movimento negro participaram e os estudiosos estrangeiros tiveram alguma voz. Ademais, reforçaram a ideia de que a democracia racial é extremamente valorizada pelos brasileiros, mas repudiavam a aplicação de ações afirmativas (Telles, 2004, p.46-48).

As ações afirmativas tiveram origem nos EUA na década de 60, relacionada com o início da eliminação das leis segregacionistas vigentes (Moehlecke, 2002, p.198). Ao longo de seu desenvolvimento, passaram a englobar diferentes públicos-alvo (minorias étnicas, raciais, e mulheres) e diferentes áreas de atuação (mercado de trabalho, sistema educacional, e representação política). A prática do sistema de cotas, ao ser aplicado no Brasil, sofreu diversas críticas como a de ser uma “importação de um modelo americano e, portanto, não aplicável à realidade brasileira”. Mas este tipo de atitude pode ser analisada como um resquício da influência da primeira geração de estudos de relações raciais no Brasil. Como eles defendiam que o brasileiro gozava de uma democracia racial, as desigualdades raciais seriam apenas passageiras, e não poderiam ser comparadas com as atitudes racistas dos norte-americanos (Telles, 2004, p.179).

Outro argumento muito utilizado pelos que são contrários às políticas afirmativas é o embasado no valor de mérito. As cotas raciais aplicadas nas universidades costumam ser estigmatizadas pelo sentimento de que a prova do vestibular depende do quanto que o aluno estudou, enquanto que outros fatores, como ter feito cursinho ou estudado numa escola particular não são considerados. Como afirma Telles “a admissão à universidade parece, então, ser muito mais uma “testocracia” do que uma “meritocracia”. A aprovação no vestibular é, na melhor das hipóteses, um teste de mérito muito questionável” (2004, p. 211).

Nos EUA, com a segregação espacial, tornou-se comum dividir racialmente de acordo com uma descendência mínima, conhecida como a regra de “uma gota de sangue” (*one drop rule*), e mesmo que essa lei tenha sido abolida em 1960, ela continua a influenciar as relações sociais norte-americanas. No Brasil, principalmente devido ao interesse da elite brasileira em “promover o

branqueamento através da miscigenação ao invés da segregação racial”, a classificação racial ficou mais a cargo de “percepções individuais” (Telles, 2004, p.66-7). “Em termos de classificação racial, a mistura tende a embranquecer a população no Brasil, no sentido classificatório, enquanto que, nos Estados Unidos, o mesmo processo escurece a população” (2004, 75). Ademais, os brasileiros possuem um baixo sentimento de pertencimento a um grupo racial, ao contrário do que ocorre entre os americanos (2004, 85).

O critério da autoidentificação tornou-se essencial para garantir que não haja conflito quanto à admissão de indivíduos para ações afirmativas, principalmente para o vestibular via cotas raciais. Em uma entrevista do Correio Braziliense concedida pelo professor da Universidade de Brasília (UnB), José Jorge de Carvalho, ele afirma não existe uma maneira de garantir oportunidades por parte de “brancos”, mas que uma maneira de mostrar que as cotas foram eficientes para a entrada de negros na UnB seria feita através de uma avaliação após dez anos de sua aplicação para comprovar sua eficiência.

A UnB aprovou o processo de cotas raciais e étnicas em 2003 e as implementou no vestibular de 2004. A discussão no meio acadêmico teve início em 1999 quando o Arivaldo Alves, estudante negro do doutorado em Antropologia, entrou com uma queixa sobre o fato de ter sido reprovado em uma matéria obrigatória de seu curso sem receber nenhuma justificativa (Carvalho, 2005, p.240). Afinal, como garantir a presença dos negros nos mais elevados níveis se eles passam por retalhações infundadas? As cotas entraram neste debate como uma alternativa para se evitar que novos “Casos Ari” voltassem a ocorrer.

As reações negativas a política de cotas da UnB foram diversas. Podemos destacar como exemplo a ação judicial levantada em 2009 pelo Partido Democrata (DEM) alegando que “a política de cotas adotada na UnB feriria vários preceitos fundamentais da Constituição Federal, como os princípios da dignidade da pessoa humana, de repúdio ao racismo e da igualdade, (...) (e ao) direito universal à educação”⁷. Essa discussão constitucional apenas teve fim em 2012 com a decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade do sistema de cotas raciais.

A Lei Nº 12.711, aprovada no dia 29 de agosto de 2012, deu um novo escopo para a aplicação de cotas em nível nacional. A partir de então a reserva de vagas (para alunos de escolas públicas, alunos renda baixa, e alunos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas) passou a ser obrigatória em todas as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação.

Em 2013 o Decanato de Ensino de Graduação apresentou a análise sobre os dez anos da efetivação das cotas na UnB. Dados dos alunos cotistas, como em que ano entraram, quantos

⁷ *Notícias Supremo Tribunal Federal*. 2012. “STF julga constitucional política de cotas na UnB”. 26 de abril.

desistiram de seus respectivos cursos, quanto concluíram, qual foi o índice de rendimento acadêmico (IRA) deles, entre outros, foram levantados.

Comparados os alunos cotistas com os que ingressaram pelo sistema universal constatou-se que rendimento dos estudantes formados não variou muito. Também levantaram dados suficientes para afirmar que uma quantidade relevante de estudantes negros não teria conseguido passar no vestibular da UnB se não fosse pelo critério de cotas.

Após a análise apresentada, em abril de 2014, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB por manter as cotas raciais. A comissão organizada para avaliar estes dados concluiu que a implementação das cotas foi uma medida justa, pois se comprovou que uma relevante quantidade de estudantes negros não teria ingressado na universidade se não fossem as cotas.

Assim, podemos dizer que as opiniões dividem-se entre aqueles que interpretam a política de ação afirmativa como uma maneira de garantir direitos e aqueles que compreendem ela como uma injustiça.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2.1 – MÉTODO

Este trabalho apresenta um desenho de pesquisa experimental sobre a questão racial, tema compreendido como um assunto socialmente delicado. São questões que podem apresentar teor intrusivo ou de ameaça de exposição, possivelmente gerando respostas socialmente indesejáveis (Tourangeau e Ting, 2007, p. 860). O uso de drogas ilegais por parte do entrevistado, por exemplo, não é um assunto facilmente expressado.

Como podemos confiar nos respondentes se eles estão sujeitos a mentir? Afinal, pessoas corriqueiramente mentem, tanto para evitar “contrangimentos ou possíveis repercussões”. Além do mais, existem questões que costumam ser sub-representadas (como a questão do aborto ou do preconceito), enquanto outras são super-representadas (como a utilização de cinto de segurança ou a prática de atividades físicas). Segundo Tourangeau e Yan, existem evidências de que a automatização da entrevista por via de um computador encoraja respostas mais honestas (2007, p. 878).

A técnica de experimento de lista foi introduzida na Ciência Política por Kuklinski et al. (1997) em um experimento que buscava encontrar a relação entre o preconceito racial e as atitudes quanto às ações afirmativas. O experimento de lista busca encontrar respostas mais verídicas dos entrevistados a partir de um método lógico de anulação de itens. Portanto, os autores perguntaram aos entrevistados “*QUANTOS*” dos três itens (abaixo listados) os deixavam com raiva ou chateados:

- 1) O governo federal aumentar o imposto sobre a gasolina;
- 2) Atletas profissionais receberem salários de milhões de dólares;
- 3) Grandes empresas que poluem o ambiente.

Essas são as questões de um grupo de lista controle. Para análise comparativa, o grupo de tratamento recebeu as mesmas questões acima, mas com um item a mais, denominado como o item sensível:

- 4) Uma família negra se mudar para a vizinhança (Kuklinski et al., 1997, p.25).

As questões sobre o aumento no preço da gasolina, o salário dos atletas e as empresas poluentes servem para anular os efeitos do assunto socialmente delicado. Em momento algum foi apontado com que item o respondente discorda ou concorda. A partir de testes de diferenças médias através de uma série de variáveis independentes foi que se tornou possível para os autores chegarem

às suas inferências. A diferença entre as médias revela que uma parcela dos respondentes do grupo tratado respondeu de maneira diferente quando comparada ao grupo controle, assim demonstrando o percentual de variação das respostas, significando uma sobrestimação do real significado das questões propostas.

Ademais, também foi utilizado o método de escala *Likert*, onde os entrevistados são apresentados a afirmativas que os levam a apresentar um posicionamento dentre 4 graus diferentes (Discordo muito, Discordo, Concordo e Concordo Muito). É considerada como uma avaliação simétrica, pois garante que a distância entre cada avaliação seja simétrica.

2.2 – DADOS E PROCEDIMENTOS

No primeiro semestre de 2013 foram entrevistados 1.448 alunos da Universidade de Brasília (UnB) e 2.673 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e no segundo semestre do mesmo ano foram entrevistados 2.306 alunos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assim, para esta pesquisa serão considerados dados de 6.427 estudantes universitários.

A pesquisa, em formato survey, trata sobre questões de cotas raciais, sociais e educacionais. Ela foi disponibilizada somente em formato virtual e utilizou experimentos de lista e a escala Likert para a coleta de dados.

O questionário variava de acordo com cada acesso, podendo apresentar de 17 a 18 perguntas. Três categorias apareciam aleatoriamente com a atualização do site: a educacional, a racial e a social. A diversidade dos temas apresentados para a mesma entrevista fez com que ficasse difícil para o entrevistado saber qual era o objetivo da pesquisa, assim diminuindo a possibilidade dos respondentes agirem ou de acordo com normas sociais, ou de maneira a se bajularem, ou que mentissem para manter um status socialmente aceito.

Para esta análise foram somente utilizados os dados referentes às questões sobre cotas raciais e, como as teorias da DS e da PP analisam especificamente o comportamento dos brancos de acordo com as políticas de inclusão racial, serão apenas analisadas as respostas dos alunos que se autodeclararam deste grupo racial. Para testar a variável “identificação com cor ou raça” os entrevistados foram direcionados à seguinte pergunta: “a sua cor ou raça é?”. As opções de resposta estão de acordo com os critérios utilizados para a classificação do IBGE “Branca, Preta, Amarela, Parda ou Indígena”.

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento, a variável dependente, que será analisada através da técnica de experimento de lista. Assim, os entrevistados foram divididos desde

o início da entrevista em três grupos: 34,04% foram direcionados à pergunta direta, 33,45% foram colocados na lista controle, e 32,5% na lista tratamento.

Se o entrevistado foi sorteado com o tema “cotas raciais” dentro do grupo direto, este teve que responder a seguinte pergunta direta:

Você acredita que a política de reserva de vagas para negros e indígenas, como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (política de cotas raciais), é uma política importante?

- a) Sim
- b) Não

Ela tem como objetivo testar como o entrevistado reage quando diretamente confrontado com um tema socialmente sensível. A divisão em controle e tratado serve para retirar as médias entre eles e comparar com as respostas dadas pelo grupo direto. As questões apresentadas ao grupo controle foram as seguintes:

Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com quantos, você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda. (ordem aleatória dos itens a cada vez)

- 1) Todas as universidades deveriam adotar o ENEM;
- 2) O aumento do número de vagas facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados;
- 3) As universidades deveriam adotar um sistema livre de ingresso sem prova;
- 4) O vestibular não é uma boa prova para selecionar os melhores alunos;

Os entrevistados pertencentes ao grupo tratado são apresentados a um item a mais, o item sensível:

- 5) A política de reserva de vagas para negros e indígenas (política de cotas raciais) é uma política importante.

Os itens um a quatro tratam sobre comportamentos em torno do acesso ao ensino superior. O primeiro é sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), que tem como um de seus principais objetivos permitir o acesso a vagas de várias universidades federais e estaduais brasileiras. Programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), para universidades públicas, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), para universidades particulares, auxiliam este acesso em conjunto com o Enem. Com a criação destes programas de acesso ao ensino superior muitos começaram a acreditar que a alunos “pouco qualificados” estariam ocupando as vagas de “mais qualificados”, e é sobre isso que trata o segundo item. No terceiro encontramos um tipo de comportamento desapegado com a meritocracia, apoiando o ingresso na universidade sem aplicação de prova. O quarto item mostra um

comportamento de negação as formas já existentes de avaliação. O quinto item, que é o item socialmente sensível, trata sobre uma atitude positiva quanto à política de cotas raciais.

Portanto, a diferença entre as médias dos grupos controle e tratado equivale à quantidade de alunos que escolheram o item sensível. Quando esta média é comparada ao grupo tratado temos a verdadeira parcela de alunos que mudam de atitude quando confrontados com um item socialmente sensível.

A análise de dados é dividida em duas partes. Inicialmente é testada a relevância das teorias DS e PP sobre o comportamento. Para analisar a relação da DS é proposta a variável dependente ODS que é analisada através da seguinte afirmação: “A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades prejudica pessoas como você na hora de ingressar na universidade”. Ela foi elaborada de forma a analisar qual é o sentimento do entrevistado em relação à política de cotas, esperando-se perceber o posicionamento do indivíduo quando percebe que seu "grupo" encontra-se ameaçado. As respostas variam dentro de uma escala *likert* entre 1 = “discordo muito” a 4 = “concordo muito”. Para análise os entrevistados que responderam entre “concordo” e “concordo muito” são aqueles que serão considerados como apresentando uma ODS, pois estas respostas abrangem aqueles indivíduos com um comportamento favorável a manutenção do *status* de grupo.

Para analisar se os entrevistados mostram uma propensão a acreditar que as ações afirmativas raciais não são mais do que questões políticas foi proposta a seguinte questão: “As políticas afirmativas como a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades é uma "importação" de política pública dos Estados Unidos que não se adequam à realidade brasileira”. Novamente, utilizando a escala *likert*, as respostas variaram entre 1 = “discordo muito” e 4 = “concordo muito”, sendo que aqueles que responderam “concordo” e “concordo muito” serão considerados como apresentando uma PP.

A sofisticação política será medida de acordo com a terceira parte do questionário (a questão 11). Ela aborda os seguintes aspectos: questionamentos sobre a lei no 12.711/2012, no que tange o (1) número de vagas reservadas para os alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, se ela (2) reservará vagas para alunos negros e indígenas, e para (3) alunos de baixa renda; pergunta sobre a (4) duração do mandato dos Senadores federais; e (5) em qual das áreas (Forças Armadas, Previdência Social, Cultura, Saúde) o Governo Federal gastou mais dinheiro do Orçamento em 2012. Estas questões são de “conhecimentos gerais em política”, mas serão utilizadas para medir de maneira ampla a sofisticação dos alunos.

O índice de sofisticação política (iSP) varia de 0 a 5 de acordo com cada pergunta acertada, onde 0 (zero) significa que o entrevistado não acertou nenhuma das perguntas e 5 (cinco) significa acerto de todas, então atingindo o maior nível de sofisticação política. Para análise serão

considerados os valores de iSP de 0 a 2 como baixo nível de sofisticação política, enquanto que de 3 a 6 seriam os entrevistados com maiores níveis.

As primeiras três perguntas tratam sobre o conhecimento a respeito das aplicações da Lei Nº 12.711. Em seu 1º artigo é apresentada a resposta quanto à porcentagem mínima de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas: “as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas (...)”. Complementando este artigo, o parágrafo único consta que o “(...) 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”. O 3º artigo explica que a reserva de vagas para alunos negro e indígenas:

“as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Quanto à duração do mandato dos Senadores federais, consta no parágrafo 1º do artigo 46 da Constituição Federal de 1988 que “cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos”.

Por último temos a questão do gasto do Governo Federal em 2012. Através da análise feita sobre o Planejamento de Lei Orçamentária Anual de 2012 constatamos que foram destinados R\$ 643,8 bilhões para gastos de saúde, previdência e assistência social, enquanto que para a cultura foram destinados apenas com R\$ 1,6 bilhão, e à defesa nacional R\$ 8,2 bilhões. Quando analisada a previdência social isoladamente (que é uma garantia de assistência ao trabalhador em caso de acidente, doença, desemprego involuntário ou gravidez) repara-se que, somando-se os gastos com a Previdência Básica, o RGPS, a Previdência do Regime Estatutário, a Previdência Especial, os gastos com Ministério da Previdência Social e demais gastos temos um montante de R\$ 1,291 trilhão. Para saúde foi diretamente destinado o montante total de R\$ 79,5 bilhões. Portanto, podemos concluir que o Governo Federal gastou mais dinheiro do Orçamento de 2012 na área da Previdência Social.

Assim, este trabalho pretende primeiramente compreender a relação do comportamento em relação às cotas raciais, portanto testando a variável dependente (comportamento) com as variáveis independentes (ODS e PP). Comprovada a relação do comportamento com as teorias da DS e da PP é feita a análise sobre a influência que a SP pode apresentar sobre elas.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SOFISTICAÇÃO POLÍTICA E AS ATITUDES QUANTO A APLICAÇÃO DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES

3.1 RESULTADOS

Inicialmente são comparadas as respostas do grupo lista controle com o grupo lista tratado dos entrevistados que se autodeclararam brancos (Tabela 1). A diferença entre as médias (0,4214) indica que 42,14% dos estudantes selecionaram o item sensível, sendo esta a porcentagem dos entrevistados que realmente apoiam as cotas.

Tabela 1: Média Estimada de Apoio dos Brancos às Cotas Raciais

	Grupo Lista- Controle	Grupo Lista- Tratamento	A Diferença de Médias
Média	2,37	2,79	0,4214
Erro Padrão	0,034	0,043	0,055
N	826	802	

A Tabela 2 expõe os alunos brancos que responderam a pergunta de lista direta, onde 48,41% deles declaram-se abertamente a favor das cotas. Portanto, quando se compara a diferença entre as médias da Tabela 1 com a porcentagem de alunos que responderam diretamente, percebe-se que, por volta de 6,27% dos entrevistados em perguntas convencionais (48,41 menos 42,14) tentam esconder seu verdadeiro posicionamento em relação às cotas.

**Tabela 2: Experimento de Lista
Direta - Política de Cotas é
Importante?**

	Sim	Não	
	48,41%	51,59%	
n			818

3.1.1 ANÁLISE ODS e PP

A Tabela 3 propõe a análise da média do apoio dos alunos brancos que apresentaram e os que não apresentaram uma orientação para a dominância social (ODS). O apoio é maior entre os entrevistados que não apresentam uma ODS (51,33% da diferença entre as médias para 35,24%). Portanto, os alunos com ODS apoiam 16,09% menos as cotas do que os sem ODS.

Tabela 3: Média estimada de apoio dos Brancos às Cotas Raciais Comparada com a ODS

		Grupo Lista- Controle	Grupo Lista- Tratamento	Diferença de Médias em %
ODS = 1	Média	2,27	2,62	35,24
	Erro Padrão	0,048	0,06	0,077
	N	415	413	
ODS = 0	Média	2,46	2,97	51,33
	Erro Padrão	0,05	0,061	0,079
	N	375	355	

A Tabela 4 tem o mesmo propósito que a tabela anterior, mas compara a questão da predisposição política. Novamente, os alunos sem uma PP apresentam um apoio maior (64,41%) do que os com PP (6,75%). Assim, podemos concluir que quem tem uma PP é menos favorável às cotas em cerca de 57,66% a mais do que os sem uma PP.

Tabela 4: Média estimada de apoio dos Brancos às Cotas Raciais Comparada com a PP

		Grupo Lista- Controle	Grupo Lista- Tratamento	Diferença de Médias em %
PP = 1	Média	2,33	2,4	6,75
	Erro Padrão	0,057	0,061	0,084
	n	275	291	
PP = 0	Média	2,37	3,02	64,41
	Erro Padrão	0,044	0,056	0,07
	n	515	477	

Portanto, tanto os alunos brancos que apresentam ODS quanto os com uma PP demonstram um menor o apoio às cotas quando comparamos as respostas dos alunos sem ODS e PP.

3.1.2 ANÁLISE INFLUÊNCIA DA SP

As seguintes tabelas foram elaboradas a fim de testar se a sofisticação política afeta a força das teorias da DS e da PP. A seção anterior serviu para mostrar que as teorias são válidas para explicar o comportamento em relação às cotas. Esta seção irá analisar se a SP afeta a força da relação da DS e da PP.

A Tabela 5 apresenta o resultado dos alunos brancos de acordo com o índice de sofisticação política (*iSP*), onde cabe ressaltar que apenas 7,28% deles apresentaram *iSP* com valor igual à cinco.

Tabela 5: Índice de Sofisticação Política entre os Alunos Brancos

<i>iSP</i>	0	1	2	3	4	5
Porcentagem (%)	19,175	10,07	19,32	24,38	19,77	7,28
N	516	271	520	656	532	196

Para abranger o escopo da análise os alunos foram divididos em dois grupos: os que o *iSP* varia de 3 a 5 sendo o grupo com maior sofisticação política (*sp_high=1*), e os que obtiveram de 0 a 2 *iSP* sendo os menos sofisticados (*sp_low=1*) (Tabela 6).

Tabela 6: Brancos de acordo com *iSP*

	SP Low=1	SP High=1
Porcentagem (%)	48,57	51,43
n	1307	1384

A Tabela 7 compara os alunos brancos de acordo com a ODS e com a SP. Novamente podemos perceber que alunos sem ODS, independente da sofisticação, apresentam um maior apoio às cotas. Alunos sem ODS e com SP elevada apoiam em 44,67%, 13,52% a mais do que os com a mesma sofisticação e com ODS (31,15%). Alunos sem ODS e com SP baixa apoiam 60,27%, 20,88% a mais do que os com ODS (39,39%). Alunos com SP elevada apoiam mais as cotas do que alunos com baixa sofisticação. Em nenhum dos casos analisados sobre DS comprovou-se a tese de que quanto maior a sofisticação política menor o apoio.

Tabela 7: Média estimada de apoio às Cotas Raciais com entrevistados Brancos de acordo com a ODS e a SP

		Grupo Lista- Controle	Grupo Lista- Tratamento	Diferença de Médias em %	
ODS = 1	SP High	Média	2,26	2,58	31,19
		Erro Padrão	0,061	0,079	0,098
		N	253	215	
	SP Low	Média	2,28	2,67	39,39
		Erro Padrão	0,079	0,09	0,123
		N	162	198	
ODS = 0	SP High	Média	2,57	3,01	44,67
		Erro Padrão	0,064	0,078	0,101
		N	226	229	
	SP Low	Média	2,3	2,9	60,27
		Erro Padrão	0,077	0,01	0,124
		N	149	126	

A Tabela 8 apresenta a relação dos alunos de SP elevada e baixa de acordo com a PP. Nota-se que, da mesma maneira que na Tabela (4), alunos brancos sem PP apresentam maior apoio às cotas (53,22 com SP elevada e 83,69 com SP baixa) do que os com PP (12,98 com SP elevada e 1,72 com SP baixa).

Tabela 8: Média estimada de apoio às Cotas Raciais com entrevistados Brancos de acordo com a PP e a SP

		Grupo Lista- Controle	Grupo Lista- Tratamento	Diferença de Médias em %	
PP = 1	SP High	Média	2,24	2,37	12,98
		Erro Padrão	0,075	0,082	0,111
		N	153	148	
	SP Low	Média	2,45	2,43	1,72
		Erro Padrão	0,089	0,092	0,129
		N	122	143	
PP = 0	SP High	Média	2,48	3,02	53,22
		Erro Padrão	0,055	0,07	0,089
		N	326	296	
	SP Low	Média	2,18	3,02	83,69
		Erro Padrão	0,069	0,093	0,115
		N	189	181	

Os alunos com SP elevada, independente de terem uma ODS, apoiam menos as cotas raciais. Por mais que os alunos com SP elevada atuem da maneira como esperada pela teoria da DS (quanto maior a SP menor o apoio), a SP não tem efeito sobre a ODS, pois este comportamento de apoiar menos se repete independente dos alunos terem ou não uma ODS. Alunos com SP elevada e com PP apresentam um maior apoio às cotas do que os alunos sem PP e com SP baixa, portanto, a sofisticação política tem efeito sobre a PP e age da maneira como a esperada pela teoria.

3.2 – DISCUSSÃO

Em 1996 Bobo, Sidanius e Pratto conduziram uma pesquisa em que a segunda parte dela buscava encontrar a relação da educação (sofisticação intelectual) com o apoio às ações afirmativas. Os autores encontraram diversos fatores favoráveis a uma desconstrução do que seriam as principais predições da perspectiva do PP: o valor dado à igualdade varia entre grupos sociais; não existem evidências da associação política com as ideologias morais; a vontade de se manter a dominância social aumenta de acordo com maiores níveis educacionais; o sentimento de justiça costuma ser relacionado com a vontade de se manter a DS, principalmente entre os brancos; e acreditam que as atitudes em relação às cotas raciais estão mais ligadas a fatores de hegemonia de grupo (Sidanius, Jim. et. al, 2000, p.212-235).

Segundo Sniderman et al, quando se utiliza o argumento de que, “no momento que um indivíduo se comprometeu com a norma de igual tratamento, este deveria apoiar todos os esforços políticos para implementá-la”, na verdade estamos compreendendo a realidade de acordo com um processo de conformidade societal, e não de acordo com escolhas políticas. E assim, todo o verdadeiro debate político é perdido, pois a política não é um processo de conformidade social, e sim de escolha dentre posicionamentos apresentados. Portanto, é importante que se reconheça os diferentes pontos de vista existentes na sociedade como forma de se manter a legitimidade social de se poder discordar sobre políticas como as que estão sendo discutidas (Sniderman et al, 2000, p.257-8).

Os dados apresentados por esta monografia comprovam que os alunos com PP e com SP elevada apresentam um maior apoio às cotas, tornando-se evidente que a SP tem efeito sobre a PP. Isso significa que se compreendermos como a SP funciona torna-se possível procurar novas formas para se combater atitudes negativas quanto às políticas raciais. Isso não exclui o fato dos dados apontarem que alunos com ODS apoiam menos as cotas, só não podemos afirmar que a SP afeta as relações de dominância social no comportamento.

A partir das experiências históricas do Brasil tornou-se claro que é algo muito arriscado acreditar que não existe mais racismo no Brasil. Este tipo de atitude faz com que não se discuta a realidade. Mas é importante não esquecer que ser contrário às políticas raciais não significa necessariamente que a pessoa é racista e egoísta, ela apenas expressa a sua opinião política de acordo com suas convicções (Sniderman et. al, 2000, p.237).

Bobo et al apontam como um grave erro o fato dos teóricos do PP afirmarem que não existe mais racismo (Sidanius, Jim. et. al, 2000, p.212-235). Sniderman et al defendem ao argumentar que eles nunca sugeriram que “a raça no geral, e preconceito racial no particular, não importam (...). O preconceito realmente tem o seu impacto substancial”.

O ideal realmente seria que as pessoas tivessem posicionamentos de acordo com as suas predisposições políticas, pois não seriam guiadas por nenhum tipo de fator social quando fossem opinar. Como Sniderman et al afirmam “a forma como os cidadãos escolhem depende de suas escolhas” (2000, p.237). Pelo menos entre os politicamente sofisticados podemos perceber que a PP atua de forma positiva em relação ao apoio. “Para apoiar uma política você deve acreditar que esta realmente ajudará eles”.

CONCLUSÃO

Neste trabalho comprovou-se através dos dados apresentados e analisados que a sofisticação política é fundamental para compreender o comportamento dos brancos de acordo com a teoria da predisposição política. Ou seja, quando uma pessoa tem uma dimensão ampla do conhecimento sobre o que se tratam as políticas de afirmação racial, ela dispõe de mais argumentos para ter uma atitude de apoio a aplicação delas.

Uma democracia consiste em saber conviver com a diversidade de posicionamentos que existem na sociedade. Cabe cada posicionamento apresentar seus melhores argumentos para então convencer que o seu lado é o mais coerente, eficiente para determinada política. As políticas sociais existem para alterar a realidade, e foi através de argumentos convincentes que as políticas de ações afirmativas ganharam espaço na realidade brasileira.

Esta pesquisa contribuiu no aspecto de tentar combater o preconceito dentro da discussão das políticas de ação afirmativa. Devemos ver além de motivos sócio-hierárquicos quando debatemos a questão racial. Não devemos julgar um indivíduo por não concordar com a aplicação de políticas raciais, pois da mesma maneira que na constituição se exige a igualdade de direitos para todos, todos têm o direito de mostrar seus posicionamentos, desde que isto não incorra em agressão ou atitude racista por parte deste.

É incontestável a importância que a discussão sobre a questão racial no Brasil deve ter. Quando se afirma que existe racismo nós estamos combatendo a teoria da democracia racial e, assim sendo, criamos formas de acessar esse debate em âmbito nacional.

A aplicação de políticas de inclusão racial ganharam espaço no Brasil porque os dados levantados são argumentos fortes para convencer qualquer pessoa informada de que, não só existe uma gritante diferença social entre as raças no Brasil, como também comprovou-se que essas políticas têm força para alterar a realidade. O resultado apresentado após dez anos de aplicações de cotas raciais na Universidade de Brasília é um documento extremamente relevante para a análise da aplicabilidade da política afirmativa.

Como os teóricos do PP afirmam, o posicionamento político vai além do debate centrado nos polos de direita ou esquerda, pois o que importa é a forma como são apresentados os argumentos, desde que sejam bons o suficiente para fazer com que outros indivíduos mudem suas opiniões. Não devemos generalizar ao supor que só porque alguém tem posicionamento político conservador que este não poderá considerar que, apresentados dados suficientemente relevantes, as

políticas raciais podem mudar a realidade brasileira. O debate racial no Brasil deve ir além da discussão em torno de privilégios concedidos e de garantia de direitos. O que deve ser relevante é se a política é relevante, e os posicionamentos de direita e esquerda devem servir para demonstrar argumentos que ajudem a construir uma política mais consistente.

Não devemos desconsiderar a relevância que a teoria da DS tem para um país tão socialmente hierárquico que nem o Brasil, mas devemos estar mais atentos a importância do debate político em torno de argumentos politicamente consistentes, pois assim poderemos elevar o nível da discussão em uma maior abrangência de acesso para a sociedade.

Devido ao fato desta monografia tratar sobre um assunto que é socialmente sensível foi possível realmente comprovar que alunos com maior SP apresentaram uma atitude de esconder o não apoio. Mas os dados comprovam que aqueles que mostraram uma SP elevada na verdade têm uma capacidade ampliada de compreender a importância das políticas afirmativas, e por isso apresentam um maior apoio.

BIBLIOGRAFIA

ATHIAS, Leonardo; MATOS, Gilson. Mobilidade Social. In Petruccelli, Jose Luis; Saboia, Ana Lucia (Orgs). **Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades**. IBGE. Rio de Janeiro, 2013.

BAYMA, Fátima. Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, Jun 2012, v. 20, n. 75.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm > Acesso em: 20 de agosto de 2014

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei N° 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm > Acesso em: 09 de junho de 2014

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei N° 12.990**, de 9 de junho de 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm > Acesso em: 20 de agosto de 2014

Correio Braziliense. Entrevista com José Jorge de Carvalho. *Correio Brasiliense* 27 de fevereiro de 2002.

DELLI CARPINI, Michael X., KEETER, Scott. *What Americans Know About Politics and Why it Matters*. Yale University Press. New Haven and London, 1953.

CARVALHO. José Jorge de. Usos e Abusos da Antropologia em um Contexto de Tensão Racial: O Caso das Cotas para Negros na UnB. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Jan/jun 2005, ano 11, No. 23, p. 237-246.

GUARNIERI, Fernanda V.; MELO-SILVA, Lucy L. Ações Afirmativas na Educação Superior: Rumos da Discussão nos Últimos Cinco Anos. **Revista Psicologia & Sociedade**; 2007, nº 19 (2), p. 70-78.

HTUN, M. From “Racial Democracy” to “Affirmative Actions”: Changing state policy on race in Brazil. **Latin American Research Review**, 2004, 39(1), 60-89.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Características Étnico-Raciais da População: Um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça 2008. IBGE, Rio de Janeiro, 2011.

JACOBY, W. G. Ideological identification and issue attitudes. **American Journal of Political Science**, 1991, Vol. 35, p. 178-205.

KINDER, Donald R. Opinion and Action in the Realm of Politics. In Daniel T. Gilbert, Susan T. Fiske and Gardner Lindzey (Eds). **The Handbook of Social Psychology**. 4ª ed., vol. 2, Boston, 1998, p. 778-843.

KUKLINSKI, J. H., P. M. Sniderman, K. Knight, T. Piazza, P. E. Tetlock, G. R. Lawrence, and B. Mellers. Racial prejudice and attitudes toward affirmative action. **American Journal of Political Science**, 1997, No. 41, p. 402–419.

LUSKIN, Robert C. Nov. “Measuring Political Sophistication”. **American Journal of Political Science**, Vol. 31, No. 4, 1987, pp. 856-899

LUSKIN, Robert L. Explaining Political Sophistication. **Political Behavior**. Vol. 12, 1990, No. 4.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro, 2002, p. 197-217.

Notícias Supremo Tribunal Federal. STF julga constitucional política de cotas na UnB. 26 de abril de 2012. Último acesso em 11 de novembro de 2014. Disponível em:
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>

PEREIRA, Márcia M.; SILVA, Maurício. Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos. **Em Tempo de Histórias**, Nº. 22, Brasília, Janeiro-Julho, 2013.

SEARS, David O. et. al. Race in American Politics: Framing the Debates. In: Sears, David O.; Sidanius, Jim; e Bobo, Lawrence. (Orgs.) *Racialized Politics*. University of Chicago Press, Ltd., Londres, 2000, p.1 – 43.

SIDANIUS, Jim. Political Sophistication and Political Deviance: A Structural Equation Examination of Context Theory. **Journal of Personality and Social Psychology**, Vol. 55, No. I, 37-51. 1988.

SIDANIUS, Jim; DEVEREUX, Erik; PRATTO, Felicia. A Comparison of Symbolic Racism Theory and Social Dominance Theory as Explanations for Racial Policy Attitude. **Journal of Social Psychology**, Vol. 132 No. 3, p377. Jun1992.

SIDANIUS, J. PRATTO, F. & BOBO, L. Racism, Conservatism, Affirmative Action and Intellectual Sophistication: A Matter of Principled Conservatism or Group Dominance? **Journal of Personality and Social Psychology** 70: 476-490. 1996.

SIDANIUS, Jim; PRATTO, Felicia. *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. Cambridge University Press, New York, 1999.

SIDANIUS, Jim; SINGH, Pam; HETTS, John J.; FEDERICO, Chris. It's not Affirmative Action, It's the Blacks: Continuing Relevance of Race in American Politics. In: Sears, David O.; Sidanius, Jim; e Bobo, Lawrence. (Orgs.) *Racialized Politics*. University of Chicago Press, Ltd., Londres, p.191 – 235. 2000.

SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A.; TETLOCK, P. E. The role of heuristics in political reasoning: a theory sketch. In: *Reasoning and choice: explorations in political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 14-30. 1994.

SNIDERMAN, Paul M.; CROSBY, Gretchen C.; HOWELL, William G. The Politics of Race. In: Sears, David O.; Sidanius, Jim; e Bobo, Lawrence. (Orgs.) *Racialized Politics*. University of Chicago Press, Ltd., Londres, p.236–279, 2000.

TELLES, Edward E. O Significado da Raça na Sociedade Brasileira. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

TRÜDINGER, Eva-Maria. Sobre o verdadeiro valor dos valores: fatores de impacto sobre as atitudes de tolerância política. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril-Maio 2006, p. 57-87

TOURANGEAU, R., e Yan T. 2007. Sensitive questions in surveys. *Psychological Bulletin* 133:859–83.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Análise do Sistema de Cotas para Negros da Universidade De Brasília: Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. Brasília, 2013.